

Economia solidária e bem viver: pontos de (des) conexão¹

Solidarity economy and good living: points of (dis) connection

Marcos Roberto Pires Gregolin*

José Marcos Froehlich**

Renato Santos de Souza***

Resumo: Na esteira das diversas vertentes críticas da modernidade, ressalta-se, atualmente, a denúncia dos fracassos dos projetos ancorados no paradigma do desenvolvimento. Emergem, neste sentido, diversas propostas que buscam promover, consolidar ou sistematizar o que seriam alternativas ao desenvolvimento. Neste trabalho, objetivamos contextualizar duas noções como alternativas concretas ao desenvolvimento modernizador: a Economia Solidária e o Bem Viver. Metodologicamente, apresentamos uma breve revisão bibliográfica sobre as noções e, na sequência, um esforço reflexivo sobre pontos de conexão e desconexão entre elas. A percepção preliminar a que se chegou é que, diferenças à parte, há um campo de congruências e interconexões fortes, entre as quais se destacam a crítica e a busca de superação do capitalismo excludente e impessoal, característico da modernidade industrial e que se prolonga, atualmente, com características próprias das condições pós-modernas, nos países do sul global.

Palavras-chave: Pós-modernidade. Desenvolvimento. Alternativas.

Abstract: In the wake of the various critical strands of modernity, we currently highlight the denunciation of the failures of projects anchored in the development paradigm. In this sense, there are several proposals that seek to promote, consolidate or systematize what would be alternatives to

¹ Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no “II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL” em Foz do Iguaçu, entre 07 a 09 de agosto de 2019, sendo indicado pelo evento para compor este volume especial.

*Doutorando em Extensão Rural pela UFSM; Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável pela UNIOESTE; Tecnólogo em Gestão de Cooperativas pela UNICESUMAR e Bacharel em Comunicação Social pela FADEP. E-mail: marcosgregolin@yahoo.com.br.

** Pós-Doutor em Antropologia Social pela Universidad de Sevilla (Espanha); Doutor em Ciências Sociais pela UFRRJ; Mestre em Sociologia pela UFRGS e Graduação em Agronomia pela UFSM. Docente nos Programas de Pós-Graduação em Extensão Rural e Ciências Sociais da UFSM. E-mail: jmarcos.froehlich@gmail.com.

*** Doutor em Administração e Mestre em Economia Rural pela UFRGS e Graduação em engenharia Agrônômica pela UFPEL. Docente no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM. E-mail: renatosdesouza@gmail.com.



development. In this paper, we approach two notions that seek to consolidate themselves as concrete alternatives to modernizing development: the Solidarity Economy and Good Living. We present a brief bibliographical review of the notions and, following, a reflective effort on points of connection and disconnection between them. The preliminary perception is that, apart from differences, there is a field of strong congruences and interconnections, among which stand out the criticism and the search for overcoming the exclusionary and impersonal capitalism, which is characteristic of industrial modernity and which continues today, with characteristics characteristic of postmodern conditions in the countries of the global south.

Keywords: Postmodernity. Development. Alternatives.

Recebido em 12/11/2019. Aceito em 10/03/2020.

Introdução

Na medida em que o homem galgou o status de moderno, suas ações e as posteriores consequências foram muito eficientes em dicotomizar a existência, de um lado, alocando a humanidade e, de outro, o ambiente natural e as outras formas de vida. Daí resulta uma noção que não leva em conta diversos aspectos, como, por exemplo, a longevidade. Ao desconsiderá-la, a sociedade deu vários passos rumo à modernização, os quais não observaram a manutenção de condições básicas para a existência de sua e de outras gerações. Como exemplo disso, têm-se a degradação do meio ambiente, a extinção de espécies animais, o comprometimento da camada de ozônio, o aumento das desigualdades, da fome, da miséria, o uso de agrotóxicos, entre outros.

É notório que esta estratégia falhou (HAVENS, 1972a, 1972b; ESCOBAR, 2005; CRUSH, 1996) e não é de hoje que uma gama de pessoas tem se debruçado no exercício de pensar uma alternativa ao ideário desenvolvimentista modernizador. Do momento em que se deu a constatação da fragilidade do modelo em voga até os dias atuais, surgiram movimentos de crítica ao desenvolvimento, de ressignificação dos seus propósitos e até de sua completa negação.

No nosso entendimento, os esforços para promover uma negação ao desenvolvimento têm sua gênese em objetivos semelhantes aos dos outros movimentos, contudo, acrescenta-se o diferencial de que a preocupação também jaz sobre a bagagem ideológica que o termo (desenvolvimento) traz consigo. Crush (1996), por exemplo, desvela o discurso do desenvolvimento para além de suas metas e estratégias, apresentando-o como carregado de autoridade, de imposição e de certezas, além de, junto de si, trazer a dominação ocidental impregnada em seu DNA.

Tendo por base o entendimento deste autor, é possível observar que “os textos de desenvolvimento sempre foram declaradamente estratégicos e táticos, promovendo, licenciando e justificando certas intervenções e práticas, deslegitimando e excluindo outras” (CRUSH, 1996, p. 04). É nesse contexto que surge e afirma-se a importância do ideário pós-colonial, pós-moderno

² The texts of development have always been avowedly strategic and tactical promoting, licensing and justifying certain interventions and practices, delegitimizing and excluding others.

e pós-estruturalista, que deu vida à noção de pós-desenvolvimento, negando a autoridade e a supremacia do conhecimento ocidental (LITTLE, 2002) e valorizando as experiências locais alternativas.

De maneira breve, o pós-desenvolvimento poderia ser caracterizado como um “período” em que o desenvolvimento não estaria no centro da vida das pessoas e da sociedade, não se caracterizando, então, como o princípio organizador central da vida social, dando espaço para o afloramento e a afirmação das culturas e características inerentes às localidades, não santificando o conhecimento especializado e valorizando as iniciativas das pessoas para construir um mundo mais humano (ESCOBAR, 2005). Com propósito ilustrativo, acreditamos interessante citar as questões apresentadas por Crush: “O que os textos do desenvolvimento não dizem? O que eles suprimem? Quem eles silenciam e por quê?” (CRUSH, 1996, p. 05).

Com base nas alternativas que se apresentam no contexto antes referenciado, este ensaio tem por objetivo contextualizar as noções de Bem Viver e de Economia Solidária, como possibilidades de ressignificar o sentido do desenvolvimento, na medida em que aportam atributos substantivos não contemplados na noção de desenvolvimento. Também compõe o escopo deste texto o interesse de evidenciar as conexões e antagonismos presentes entre as duas noções alternativas já referenciadas.

Sendo assim, este estudo pode ser classificado como ensaio, tendo em vista que essa modalidade de texto se caracteriza por “uma exposição metódica dos estudos realizados e das conclusões originais a que chegamos após apurado exame de um assunto” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 163). Para que chegássemos aos estudos já realizados sobre os temas, optamos por pesquisa bibliográfica em artigos, livros, dissertações e teses. Salientamos que a pesquisa bibliográfica é a base de boa parte dos trabalhos científicos, contudo, existem aquelas que se dedicam à coleta de dados exclusivamente nessas bases (GIL, 2008). A pesquisa documental também auxiliou a complementar as fontes para este estudo, haja vista que, nesta modalidade, buscam-se os documentos não sistematizados e analisados pela academia, como por exemplo, documentos oficiais. Para finalizar o ensaio, evidenciamos as nossas percepções sobre a aproximação e o distanciamento entre as duas noções em pauta.

Além dessa introdução, apresentamos um segundo fragmento, que busca minimamente contextualizar a noção de Bem Viver e, na sequência, um terceiro, com a noção de Economia Solidária. Em um quarto fragmento, apresentamos nossa interpretação sobre o que conecta e desconecta essas ideias alternativas, para, por fim, em um quinto fragmento, apresentar as considerações finais do texto.

A noção de bem viver

Na busca por se valorizar as culturas locais, vernáculas, bem como a negação ao discurso ocidental de desenvolvimento, vislumbra-se, como alternativa, uma iniciativa de resistência protagonizada na periferia social da periferia global, por indígenas, articulados com camponeses, afrodescendentes, ambientalistas, estudantes e mulheres (ESCOBAR, 2012), os quais, em sua prática, demonstram que é possível resistir ao “suposto fim dos povos indígenas e outros grupos considerados como tribais” (LITTLE, 2002, p. 34), postulados na teoria da modernização. O *sumak kawsay* (Bem Viver) pode, então, ser contextualizado como uma proposta do mundo indígena,

³ What do the texts of development not say? What do they suppress? Who do they silence and why?

alternativa ao paradigma dominante ocidental, que busca a emancipação e a construção da vida plena aos povos (SALAZAR, 2016).

Parece salutar referenciar o fato de que o Bem Viver não busca a hegemonia e, tampouco, ser uma cartilha na qual as manifestações possam se enquadrar ou não; contudo, de acordo com Gudynas (2011, p. 19), “es posible identificar elementos comunes que permiten referirnos a esta plataforma múltiple”: 1 – O Bem Viver rejeita a concepção do desenvolvimento como um conjunto de sequências históricas compondo um processo linear; 2 – A natureza é tida como um sujeito de direitos e faz-se necessário “outro” tipo de relação com o meio ambiente; 3 – As relações sociais não devem ser reduzidas a variáveis econômicas, nem todas as coisas como bens e serviços comercializáveis; 4 – A qualidade de vida e o bem-estar não estão unicamente condicionados à posse de bens materiais e aos níveis de ganhos monetários; 5 – O Bem Viver não pode ser reduzido a uma postura materialista, haja vista que, em seu bojo, convivem outras espiritualidades e sensibilidades.

Outro ponto de vista, complementar a este, estabelece que, por meio do Bem Viver, subordinam-se os objetivos econômicos a critérios ecológicos, à dignidade humana e à justiça social, rejeitando a obsessão pelo consumo e o mito do progresso contínuo (GUDYNAS, 2011). Ou seja, “el desarrollo como Bem Vivir busca articular la economía, el medio ambiente, la sociedad y la cultura en nuevas formas, llamando a las economías sociales y solidarias” (ESCOBAR, 2012, p. 46) com pluralidade cultural, étnica e biodiversidade, forjando grupos que se recusem a morrer pressionados pelas estratégias de desenvolvimento convencional (ESCOBAR, 1995). Em suma, tem-se o Bem Viver como um conceito plural, aglutinador, que não elege ou hierarquiza nenhuma das definições que se apresenta. É nesse sentido que Marañon (2016) enfatiza pluralidade e, por isso, refere-se aos Bons Vivires. “El Ben Vivir se constituye, así, como un nuevo horizonte histórico de sentido que expresa la búsqueda de la igualdad respetando la diversidad, por lo que es más pertinente hablar de buenos vivires” (MARAÑON, 2016, p. 19).

Isto posto, acreditamos que, como atributo fundamental de caracterização do Bem Viver, tem-se a crítica ao modelo de desenvolvimento antropocêntrico, europeu e modernizador (em crise), ou seja, sua noção é composta por conceitos diversos que “coincidem em questionar o desenvolvimento atual e em buscar trocas substanciais, apelando para outras relações entre pessoas e ambiente” (GUDYNAS, 2011, p. 11).

A noção de Economia Solidária

De acordo com Gaiger (2018), o conceito de Economia Solidária foi adotado no Brasil em meados dos anos 1990, fruto de um debate operacionalizado por organizações não governamentais, lideranças populares, instituições acadêmicas e gestores públicos, todos diretamente relacionados com os então chamados “empreendimentos econômicos solidários”.

Pochmann (2004, p. 24) afirma que foi a crise desencadeada em meados dos anos 1980 que forjou o solo fértil para o surgimento destes empreendimentos, ou seja, a crise do desenvolvimento capitalista fez surgir “um enorme excedente de mão-de-obra [...] qualificada, não imigrante rural e aculturado pela disciplina do trabalho sistêmico”. A partir daí, desponta “um importante conjunto de militantes sociais críticos e engajado na construção de alternativas de organização social e laboral no Brasil” (POCHMANN, 2004, p. 24).

Para Singer

a Economia Solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica (SINGER, 2013, p. 10).

A diversidade de formas também é uma característica da Economia Solidária e, de acordo com Martins, Crucial e Araújo (2006), inclui-se, nesta categoria de empreendimentos as cooperativas, os clubes de trocas, os sistemas locais de emprego e comércio, empresas auto geridas, comércio justo, finanças solidárias, a economia sem dinheiro e as empresas sociais.

Salientamos que a Economia Solidária é dotada de muita diversidade, e que seria arbitrário afirmar, como um observador externo, o que é e o que não é Economia Solidária. Contudo, tendo por base o documento carta de princípios, notam-se algumas questões de que “não se abre mão”.

Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência: 1 - a valorização social do trabalho humano; 2 - a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; 3 - o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; 4 - a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza; e 5 - os valores da cooperação e da solidariedade (FBES, 2003, p. 01).

Ainda de acordo com o mesmo texto,

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida (FBES, 2003, p. 01).

De acordo com Dallo (2018, p. 22) a solidariedade e a autogestão são princípios existenciais desse modelo, sendo a solidariedade o tronco central e a autogestão a “solidariedade transformada em método”.

De uma maneira mais detalhada, destaca-se a valorização social do trabalho, a satisfação das necessidades de todos e de todas, o reconhecimento do papel da mulher na economia, a promoção de uma interação respeitosa entre homem e natureza e, por fim, os valores de cooperação e solidariedade (FBES, 2003).

O valor central da Economia Solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas. A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.

A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.

Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema. A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana (FBES, 2003, p. 02).

Em resumo, Brasil, F. e Brasil, M. (2013) salientam que, independentemente do formato jurídico adotado, formal ou informal, associativo ou cooperativo, os empreendimentos solidários se orientam por princípios advindos do cooperativismo: “cooperação ao invés da competição; autogestão ao invés de heterogestão; solidariedade no lugar de individualismo e centralidade no ser humano e não no capital” (BRASIL, F.; BRASIL, M., 2013, p. 96).

Quais são as (des)conexões?

Sem a pretensão de esgotar a questão dada e tampouco inferir conclusões, (primeiramente porque tal postura não condiz com nossos pressupostos epistemológicos e nem com o sumo das abordagens apresentadas), o desejo é de fomentar o questionamento sobre a possibilidade desses modelos cumprirem a tarefa de romper ou ressignificar o modelo hegemônico de desenvolvimento, além de avaliar as conexões e desconexões presentes entre eles.

Pensamos que, se formos classificar a Economia Solidária e o Bem Viver como propostas de pós-desenvolvimento, não cabe atribuí-los um status de “forças de ressignificação” e sim de “vetores de ruptura” com o modelo proposto, contudo, uma questão acreditamos que se impõe e mereça atenção.

Se analisarmos sob o prisma pós-moderno, entendemos que a Economia Solidária não se enquadra como uma alternativa ao desenvolvimento, haja vista que, em inúmeros textos, ela se apresenta como uma alternativa de desenvolvimento, de convivência com o sistema capitalista (GAIGER, 2000), de “inclusão dos excluídos” no sistema (SINGER, 2013). Nesse sentido, acreditamos ser possível afirmar que, ao não rejeitar o desenvolvimento, ela cumpre um papel de ressignificá-lo, buscando atribuir novos sentidos a ele.

Já a noção de Bem Viver, no nosso entendimento, está além de ressignificar o desenvolvimento, está propondo uma nova meta, um novo modelo de vida, o qual possui inúmeros atributos que não estão contemplados no padrão de desenvolvimento modernizador, mas que, por vezes, são vislumbrados nas noções que se comprometem a atribuir novos sentidos ao desenvolvimento, buscando deixá-lo mais humano.

Ademais, há de se salientar a existência de uma gama de intersecções entre a Economia Solidária e o Bem Viver, intersecções estas que, a depender do ponto em análise, ora as colocam lado a lado e ora as colocam como conjuntos sobrepostos. Ilustração para esse entendimento nos parece ser a afirmação de Singer (2006), que marca a opção crítica da Economia Solidária ao consumismo, ao desperdício e à visão de que os recursos naturais são infinitos.

A hipótese de que os recursos naturais são finitos e que o capitalismo, particularmente em sua fase atual, os desperdiça, tornou-se um elemento central do projeto, trazendo consigo uma crítica radical do consumismo e uma proposta de consumo responsável e consciente, que implica a ideia de que o desenvolvimento não pode e nem deve ser ilimitado (SINGER, 2006, p. 16).

Em nosso entendimento, este fragmento demonstra um dos aspectos que vincula as duas noções. De maneira semelhante, outra passagem, ao associar as práticas tradicionais de povos originários ou segmentos marginalizados como iniciativas de economia solidária, constrói uma ponte com a noção de Bem Viver.

Muitas comunidades indígenas e remanescentes de quilombos, praticam variedades tradicionais de Economia Solidária. Comunidades do semiárido nordestino se unem solidariamente para processar o sisal e aperfeiçoar a criação de caprinos e aproveitamento de seus derivados. Na Amazônia, o extrativismo que preserva a floresta, e a defende da exploração predatória, assume formas cooperativas. Fazem o mesmo as artesãs e artesãos do norte a sul, pescadores, garimpeiros, recicladores de resíduos, agricultores familiares, pequenos comerciantes e feirantes, etc. (SINGER, 2004, p. 02).

Outra conexão constatada entre as duas noções agora é apresentada em um texto específico sobre o Bem Viver, que, mesmo reforçando o caráter pós-capitalista da noção (os estudos de Economia Solidária geralmente a apresentam como uma alternativa de convivência no capitalismo), não as coloca como possibilidades antagônicas e sim com substanciais imbricamentos.

Como paradigma poscapitalista, la concreción del Bien Vivir implica construir e impulsar “otras economías”, como un término que de forma genérica se refiere a las economías solidarias, indígenas, etcétera, que funcionan con otros parámetros distintos al de la acumulación capitalista y extractivista (SALAZAR, 2016, p. 180).

Por meio desta leitura, o que nos foi possível compreender é que uma relação pode ser estabelecida entre o Bem Viver e a Economia Solidária, podendo ser a segunda um meio de se alcançar a primeira. Esta noção “instrumental” da Economia Solidária também é discutida por Dallo (2018) ao afirmar que ela é uma ferramenta, um instrumento para se atingir uma vida melhor. Por esse prisma, a Economia Solidária estaria desprovida de cargas ideológicas (se é que isso é possível) e apresentar-se-ia como uma alternativa à exclusão promovida pelo capitalismo degradante, explorador, base do conceito moderno de desenvolvimento.

Por outro lado, consideramos que a Economia Solidária pode ser sim uma ideologia (não unicamente um instrumental), contudo não nos parece portadora de um espírito revolucionário, com rompimento institucional. É uma ideologia compatível com o capitalismo, que, em um exercício imaginativo, se viesse a se alastrar, suplantaria o capitalismo, através da transformação dos seres humanos e de suas relações, principalmente as mercadológicas. Esse entendimento, em partes, é apresentado por Singer (2013) quando afirma que a missão da economia solidária não é se opor ao capitalismo e sim se constituir como uma alternativa superior. Em suas palavras, “A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras, etc., uma vida melhor” (SINGER, 2013, p. 14).

De maneira positiva a esse entendimento, Gudynas (2011, p. 2) apresenta argumentações que nos permitem visualizar antagonismos entre as duas concepções em pauta, principalmente

quando são postos em consideração os resultados dos projetos de desenvolvimento modernizador, como promotores de um “Mal Viver”.

Tal antagonismo também pode ser reconhecido em Salazar (2016) ao elaborar um quadro comparando as características do Mal e do Bem Viver. No que tange à economia, salienta-se que, no Mal Viver, as características são “concentradora, capitalista, explotadora, propiedad privada, productivista, eficiencia, trabajo precario”. Ao passo que, no “Bien Vivir del posdesarrollo”, ela é “solidaria, redistributiva, comunitaria, distintos tipos de propiedad (ejemplo, cooperativa, mixta), bien común, gozo del trabajo” (SALAZAR, 2016, p. 188).

A respeito da Economia Solidária, Salazar (2016) a contextualiza como uma proposta pautada em conceitos filosóficos ocidentais, tal como a ideia de desenvolvimento humano, a ecologia profunda, o decrescimento, a descolonização, entre outros. De fato, para diversos autores, a exemplo de Singer, a Economia Solidária tem sua raiz na crise da Revolução Industrial na Europa; todavia, para outros, esta noção é um movimento mais recente, tendo nascido na América Latina na segunda metade do Século XX.

Contudo, parece-nos que, para Gudynas (2011), uma das características aceitáveis no Bem Viver é a hibridização de diferentes críticas ao desenvolvimento, porém, há de se levar em consideração a possibilidade de, no bojo dessa hibridização, ocorrerem contradições, como por exemplo, com uma das premissas do Bem Viver, a descolonização, a independência do pensamento ocidental, europeu, e a valorização do conhecimento e das culturas locais. Corroborando este entendimento o postulado de Romero (2017) ao afirmar que:

plantear una ruptura con el eurocentrismo es fundamental para entender la idea del Bien Vivir desde un ejercicio descolonial. La dimensión radical de la idea del Bien Vivir se encuentra en el rompimiento que realiza con el pensamiento eurocentrado liberal moderno (ROMERO, 2017, p. 15-16).

O diálogo mencionado entre as noções é reafirmado por Rogério Dallo em sua recente publicação, ao manifestar que a prática da Economia Solidária tem como objetivo promover o Bem Viver entre as pessoas.

Si a cambio, buscamos humanizar nuestra vida y entorno, entonces vamos a elegir el camino de la solidaridad para que sobrevivamos todos em un proyecto de Bien Vivir En América Latina hace rato que muchos movimientos y personas sensibilizadas, buscamos inspiración em las sabidurías de los pueblos originarios de nuestro continente. Que la vivencia promueva, valore y construya diálogos, conocimientos y saberes mediante un aprendizaje comunitario, generando, difundiendo y posicionando propuestas a nivel local, nacional, regional y global para transformar la sociedad em el marco de una economía de la solidaridad, celebrando la vida y alcázar el “sumak kawsay” (DALLO, 2018, p. 24).

De acordo com Escobar (2011), tanto a Economia Solidária quanto o Bem Viver estão lado a lado, como noções que se opõem ao pensamento hegemônico ocidental, e tudo o que a ele é associado. Segundo o autor, por meio dessas noções, pode ser possível construir outras economias, baseadas em racionalidades alternativas.

Considerações finais

No momento, acreditamos que o Bem Viver e a Economia Solidária são movimentos mais de resistência do que de ruptura, cada qual em suas medidas. O primeiro, resiste à invasão, à colonização, à implantação do modelo desenvolvimentista eurocêntrico industrializante, à destruição do meio ambiente e à transformação da natureza em recurso natural; e o segundo se opõe aos modelos vigentes da economia, ao desemprego, à crise alimentar e a outras mazelas sociais promovidas pelo capitalismo.

É um fato que, além de movimentos de resistência emanados por meio da articulação de segmentos sociais, acadêmicos e políticos, os dois modelos alternativos foram absorvidos por governos, como foi o caso do Bem Viver no Equador e na Bolívia e da Economia Solidária no Brasil. De acordo com Brasil, F. e Brasil, M. (2013), Bolívia e Equador estão muito mais avançados do que o Brasil, haja vista que, no Bem Viver, existe precedente constitucional, e no episódio da Economia Solidária no Brasil, a legalidade é ainda muito frágil.

A apropriação dessas noções alternativas pelos governos pode ser interpretada por duas linhas, uma observa os aspectos positivos e a outra visualiza uma retomada das práticas de dominação e subordinação dos povos à linguagem burocrática, técnica e política. De acordo com Salazar (2016), o ponto central desta desconexão, no caso do Bem Viver, está na dificuldade de traduzir o *sumak kawsay* em uma proposta transformadora, materializada em ações políticas. Boa parte dessa dificuldade jaz no fato de que o Bem Viver é fundamentado em uma *episteme* própria dos povos originários, e de que esta *episteme* é essencial para se entender as propostas de vida diferenciadas e alternativas ao ocidente.

Brasil, F. e Brasil, M. (2013) resumem muito bem a questão ao afirmar que tanto a Economia Solidária quanto o Bem Viver são duas faces da mesma moeda, as quais possuem inúmeras características que as conectam (renegar o capitalismo, os modelos de desenvolvimento modernizador, a supremacia da ciência e da técnica, a valorização do conhecimento local, do território, do tradicional, a ênfase dada para a ação coletiva, viver melhor com menos, entre outras). Contudo, algumas características os distinguem: o Bem Viver nega totalmente as opções de desenvolvimento ao passo que a Economia Solidária se embasa, por vezes, no conceito do desenvolvimento adjetivado pelo termo sustentável; também há divergência no ponto central, enquanto o Bem Viver está centrado na reconexão do homem com a natureza, na Economia Solidária, a centralidade está na autogestão.

Referências

BRASIL, Francisco Salau; BRASIL, Manuela Salau. Economia solidária, bem viver e decrescimento: primeiras aproximações. **Emancipação**, v. 13, n. 3, p. 93-104, 2013.

CRUSH, Jonathan. **Power of Development**. London/New York: Routledge, 1996.

DALLÓ, Rogério. **El Proyecto Histórico Político de la Economía Social y Solidária**: Apuntes y reflexiones desde “lo nuestro”. Porto Alegre: Edição do Autor, 2018.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development: The making and unmaking of the Third World**. Princeton University Press, 1995.

ESCOBAR, Arturo. Más allá del desarrollo: postdesarrollo y transiciones hacia el pluriverso. **Revista de Antropología Social**, v. 21, p. 23-62, 2012.

- ESCOBAR, Arturo. El 'postdesarrollo' como concepto y practica social. *In: MATO, Daniel; BABB, Sarah. Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2005, p. 17-31.
- ESCOBAR, Laura María Gutiérrez. El proyecto de soberanía alimentaria: construyendo otras economías para el Bien Vivir. *Otra Economía*, v. 5, n. 8, p. 59-72, 2011.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. *Carta de princípios da Economia Solidária*. Brasília: FBES, 2003.
- GAIGER, Luiz Inácio. "Sentido e possibilidades da economia solidária hoje", *In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.
- GAIGER, Luiz Inácio; FERRARINI, Adriane; VERONESE, Marília. O Conceito de Empreendimento Econômico Solidário: Por uma Abordagem Gradualista. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 61, n. 1, p. 137-169, 2018.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUDYNAS, Eduardo. Bien Vivir: Germinando alternativas al desarrollo. *América Latina en movimiento*, v. 462, p. 1-20, 2011.
- HAVENS, Eugene. Problemas metodológicos no estudo do desenvolvimento. *Sociologia Ruralis*. v. XII, n.3-4; pp. 252-272. (Tradução livre de Mário Riedl, Departamento de Sociologia – UFRGS). 1972a
- HAVENS, Eugene. Methodological issues in the study of development. *Sociologia Ruralis*, v. 12, n. 2, p. 252-272, 1972b.
- LITTLE, Paul Elliott. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. *Tellus*, ano 2, n. 3, p. 33-52, out. 2002.
- MARAÑÓN, Boris. De la crisis estructural del patrón de poder mundial, colonial, moderno y capitalista hacia la solidaridad económica y los buenos vivires en América Latina. *Cooperativismo & Desarrollo*, v. 24, n. 109, p. 11-26, oct. 2016.
- MARTINS, Cláudia Herrero; CRUCIAL, Cristiane Vercesi; ARAÚJO, Evandro José da Cruz. Economia e Comunhão e Economia Solidária: uma Distinção de Conceitos. *In: ENCONTRO DA ANPAD*, 30., 2006, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: ANPAD, 2006. p. 1-14.
- POCHMANN, Marcio. Economia Solidária no Brasil: possibilidades e limites. *Mercado de trabalho*, v. 24, p. 23-34, ago. 2004.
- PRONADOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.
- ROMERO, Agustín Ávila. Hacia un diálogo de alternativas entre la economía solidaria y la economía social: El Bien Vivir como horizonte descolonial. *Cooperativismo & Desarrollo*, v. 25, n. 112, 2017.
- SALAZAR, Adriana Rodríguez. *Teoría y práctica del Buen Vivir: orígenes, debates conceptuales y conflictos sociales*. 2016. 400 f. Tese (Doctorado en Estudios sobre el Desarrollo) - Universidad del País Vasco, 2016.
- SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

SINGER, Paul. Discurso de Abertura. *In: Relatório do primeiro encontro nacional de empreendimentos de economia solidaria*. Brasília. 13 de agosto de 2004. Disponível em: <fbes.org.br/wp-content/uploads/Acervo/Publicações/I_ENEES_relac_geral.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2018.

SINGER, Paul. Prefácio. *In: ARRUDA, Marcos. Tornar real o possível: A formação do ser humano integral: economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho*. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.